

<https://amazoniareal.com.br/lula-e-as-hidreletricas-na-amazonia-1-belo-monte/>



Lula e as hidrelétricas na Amazônia: 1 – Belo Monte



Por **Philip Martin Fearnside** Publicado em: 30/01/2023 às

09:22



O início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva já demonstra um enorme avanço nas áreas de meio ambiente e de direitos indígenas, fazendo um contraste claro com o seu predecessor, Jair Bolsonaro. No entanto, tanto a história dos governos anteriores de Lula, quanto parte de seu discurso

atual, indicam áreas de preocupação. Uma dessas é a questão de hidrelétricas na Amazônia, e será importante garantir que políticas prejudiciais sejam evitadas nesta área.

A barragem de Belo Monte no rio Xingu, as barragens de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, e as barragens de Teles Pires e São Manoel na bacia do Tapajós foram todas iniciadas durante os governos Lula. Todas essas barragens têm tremendos impactos ambientais e sociais [1]. Lula afirmou recentemente que construiria Belo Monte de novo [2] e, ao ser questionado em entrevista se ele lamentava o desastre de Belo Monte, defendeu o projeto afirmando que os milhões de reais gastos em programas sociais significaram que a população local foi beneficiada [3]. Lula teve um envolvimento pessoal especialmente forte na promoção de Belo Monte e mesmo em desacreditar a população local que se opunha ao projeto [4-6]. Os impactos da barragem sobre os povos indígenas e ribeirinhos tradicionais têm sido devastadores [7], assim como os impactos sobre os ecossistemas naturais [8, 9]. A “Volta Grande”, trecho de 130 quilômetros entre as duas barragens que compõem o complexo de Belo Monte, teve 80% de sua vazão desviada por canais até a casa de força principal.

Dois povos indígenas vivem ao longo da Volta Grande e uma terceira Terra Indígena em um afluente que deságua na Volta Grande também dependia dos peixes e quelônios desse trecho do rio. Nenhum dos povos indígenas impactados foi consultado, conforme exigido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho [10] e pela lei brasileira que a promulga (Lei 10.088/2019, antiga 5051/2004). Pelo menos 20 processos contra a barragem foram iniciados pelo Ministério Público Federal (MPF) e ainda estão pendentes na Justiça brasileira, e um foi decidido em favor dos indígenas. O MPF foi criado pela Constituição brasileira de 1988 para defender os direitos do povo.

No entanto, o governo Lula recorreu dessa decisão ao Supremo Tribunal Federal, e o presidente do tribunal, após receber quatro representantes do governo e nenhum da sociedade civil, decidiu permitir que a barragem avançasse até que o plenário decidisse sobre o mérito ou o

caso [11]. Isso ocorreu quando o presidente do tribunal estava correndo para concluir o julgamento do escândalo do “mensalão” e faltavam apenas 15 dias para ser forçado a se aposentar por atingir o limite de idade para ministros do Supremo Tribunal Federal. A barragem foi concluída e o caso Belo Monte até hoje não apareceu no radar do tribunal para uma decisão. Um sinal positivo para futuras barragens é o decreto que criou o Ministério dos Povos Indígenas, que tem entre as suas competências “acordos e tratados internacionais, em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, quando relacionados aos povos indígenas” ([12]: Anexo I, Capítulo 1, Art. 1, § vi). Evidentemente isto não garante o cumprimento, pois o Brasil já violou a Convenção 169 múltiplas vezes, como no caso de Belo Monte.

Belo Monte fica no rio Xingu, cuja vazão é insuficiente para justificar os 11.000 MW de turbinas que foram instaladas na casa de força principal [13]. O maior temor é que isso possa servir de desculpa para a construção de pelo menos uma das cinco grandes barragens originalmente planejadas a montante de Belo Monte, inundando assim vastas áreas de terras indígenas [13, 14]. Uma barragem a montante pode muito bem ser uma consequência caso o projeto de lei que abre terras indígenas para hidrelétricas (PL 191/2020) seja aprovado, como está na pauta do bloco “ruralista” no Congresso Nacional (que tem forte interesse em as disposições do projeto de lei para permitir operações de agronegócios não indígenas nessas terras) [15]. Muitas outras barragens em terras indígenas amazônicas estão planejadas se o projeto de lei for aprovado [16].

A imagem que abre este artigo mostra a barragem da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, oeste do estado do Pará (Foto: Cícero Pedrosa Neto/Amazônia Real)

Notas

- [1] Fearnside, P.M. 2019. [Justiça ambiental e barragens amazônicas](#). *Amazônia Real*.
- [2] Lima, L. 2022. [Lula diz que faria Belo Monte de novo e expõe diferenças com Marina](#). *Metropoles*, 23 de junho de 2022.
- [3] *TV5 Monde*. 2022. [Brésil: Les vérités du candidat Lula sur la crise climatique, l'Amazonie et les peuples autochtones](#). *TV5 Monde*, 30 May 2022.
- [4] Bratman, E.Z. 2014. [Contradictions of green development: Human rights and environmental norms in light of Belo Monte dam activism](#). *Journal of Latin American Studies* 46(2): 261–289.
- [5] Fearnside, P.M. 2017. [Belo Monte – Atores e argumentos](#). *Amazônia Real*
- [6] Fearnside, P.M. 2017–2018. [Belo Monte – Lições da Luta](#). *Amazônia Real*
- [7] Magalhães, S.B. & M.C. da Cunha (eds.). 2017. [A expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte: Relatório da SBPC](#). *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*, São Paulo, SP. 448 pp.
- [8] Fearnside, P.M. 2021. [Belo Monte: A luta pela Volta Grande entra em uma nova fase](#). *Amazônia Real*, **22 de junho** de 2021.
- [9] Pezzuti, J.C.B., J. Zuanon, C. Ribas, F. Wittmann, F. d’Horta, A.O. Sawakuchi, P.F.M. Lopes, C.C. Carneiro, A. Akama, B.R. Garzón, T. Mantovanelli, P.M. Fearnside & L.C. Stringer. 2022. [Belo Monte through the food-water-energy nexus: The disruption of a unique socioecological system on the Xingu River](#). pp. 22–40 In: F.A. Moreira, M.D. Fontana, T.F. Malheiros & G.M. Di Giulio (eds.) *The Water-Energy-Food Nexus: What the Brazilian Research Has to Say*. School of Public Health, University of São Paulo, São Paulo, SP. 291 pp.

- [10] ILO (International Labor Organization). 1989. [C169 – Indigenous and Tribal Peoples Convention](#), 1989 (No. 169). ILO, Genebra, Suíça.
- [11] Amazon Watch 2012. [Supreme Court judge overturns suspension of Belo Monte Dam](#). *Amazon Watch*, 29 August 2012.
- [12] Brasil, PR (Presidência da República). (2023). [Decreto 11.355 de 01 de janeiro de 2023](#).
- [13] Fearnside, P.M. 2017. [Desinformação no EIA de Belo Monte](#). *Amazônia Real*
- [14] Fearnside, P.M. 2015. [Barragens na Amazônia: Belo Monte e o desenvolvimento hidrelétrico da bacia do Rio Xingu](#). pp. 231 –243. In: P.M. Fearnside (ed.) *Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras. Vol. 1*. Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas, Brasil. 296 pp.
- [15] Brown, S. 2022. [Brazil Congress fast-tracks ‘death package’ bill to mine on Indigenous lands](#). *Mongabay*, 15 March 2022.
<https://bit.ly/3w6BN0W>
- [16] Fearnside, P.M. 2020. [Os preocupantes planos do Brasil para hidrelétricas na Amazônia \(opinião\)](#). *Mongabay*, 10 de novembro de 2020.



Sobre a matéria



Philip Martin Fearnside

É doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 600 publicações científicas e mais de 500 textos de divulgação de sua autoria que podem ser acessados aqui. <https://philip.inpa.gov.br>

<https://amazoniareal.com.br/lula-e-as-hidreletricas-na-amazonia-2-bacias-do-madeira-e-tapajos/>

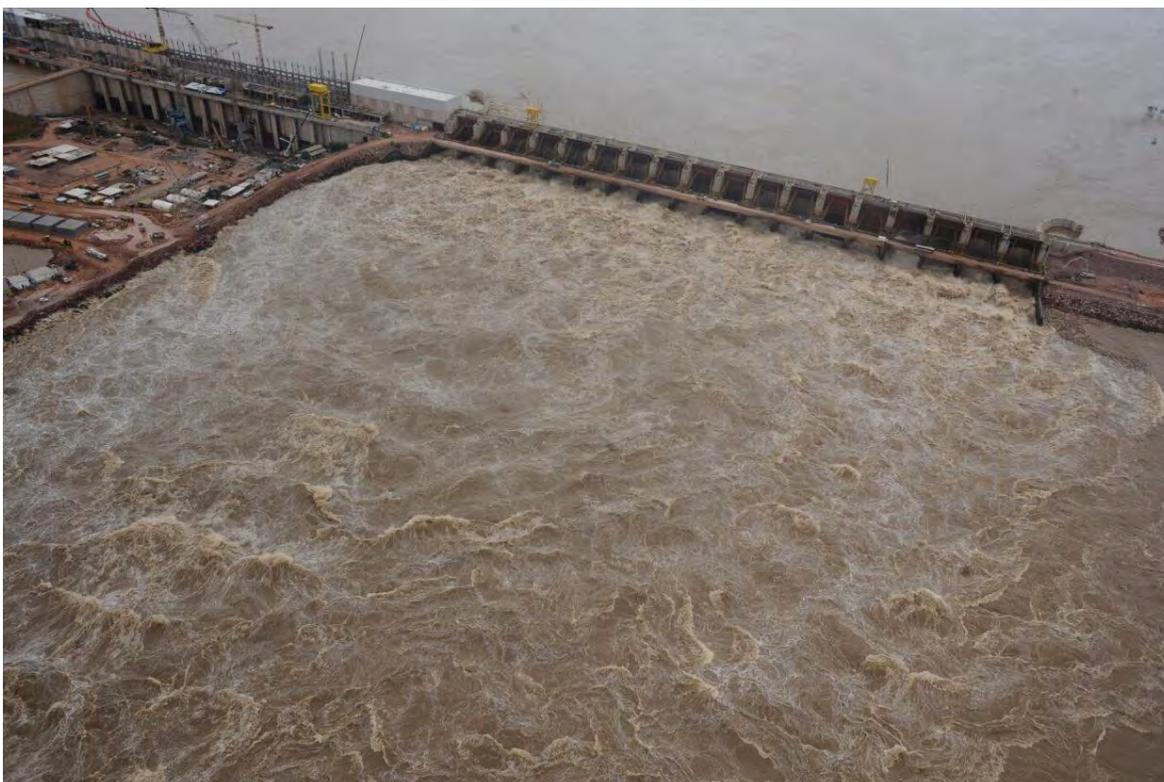


Lula e as hidrelétricas na Amazônia: 2 – Bacias do Madeira e Tapajós



Por [Philip Martin Fearnside](#) Publicado em: 07/02/2023 às

19:25



As barragens do rio Madeira

As barragens do rio Madeira também têm causado grandes impactos e, assim como Belo Monte, a aprovação das licenças ambientais para essas barragens foi forçada pelo órgão licenciador sob intensa pressão do palácio presidencial [1-4]. Um dos mais dramáticos impactos foi o bloqueio da migração anual de desova do “bagre gigante” do rio Madeira.

Embora Lula tenha reclamado em 2007 que sua ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, havia “jogado um bagre” em seu colo ao questionar as barragens, esses bagres forneciam o sustento de uma grande população: só no Brasil havia 2.400 membros de cooperativas de pesca (cada um que representava uma família) [5], e, também, havia grandes populações de pescadores na Bolívia e no Peru que dependiam desse recurso.

O assassinato do líder da cooperativa de pesca Nilce de Souza Magalhães, conhecida como “Nicinha”, ilustra a tensão: seu corpo foi encontrado cinco meses depois no fundo do reservatório de Jirau, soterrado por pedras [6]. O marido dela me disse que a polícia não fez nenhum progresso em encontrar os assassinos, muito menos em identificar o ator que presumivelmente os contratou. A hidrelétrica de Jirau é controlada pela multinacional francesa Energie (antiga GDF Suez), e a barragem resultou em múltiplos impactos ambientais e de direitos humanos [7]. Em entrevista de rádio em junho de 2022, Lula defendeu os projetos de barragens do rio Madeira e afirmou que os pescadores poderiam produzir os peixes em tanques de aquicultura [8].

As barragens da bacia do Tapajós

A hidrelétrica de Teles Pires representa o pior abalo que o povo Munduruku já sofreu. As corredeiras das Sete Quedas foram primeiro dinamitadas e depois inundadas pelo reservatório. Este é o lugar para onde vão os espíritos dos anciãos tribais depois de morrerem – o equivalente ao céu para os cristãos [9]. A perda de locais sagrados nem sequer é considerada um impacto nos Estudos de Impacto Ambiental

(EIAs) feitos para fins de licenciamento [10]. Está previsto um total de 30 barragens com pelo menos 30 MW de capacidade instalada na bacia do Tapajós, incluindo a barragem de Chacorão que inundaria 11.700 ha da Terra Indígena Munduruku [11].

A barragem São Manoel foi construída a apenas 700 m da Terra Indígena Kayabi e nenhum indígena foi consultado. O Ministério Público Federal apresentou vários processos públicos aos tribunais para suspender o projeto por violação dos requisitos de consulta da Convenção 169 da OIT e a legislação brasileira correspondente [12]. As ações do MPF foram derrubadas sumariamente com a invocação de “suspensões de segurança”, um resquício da ditadura militar de 1964-1985 (Lei 4.348 de 26 de junho de 1964) que foi confirmado e ampliado nas leis vigentes (Lei 8.437 de 30 de junho de 1992; Lei 12.016 de 07 de agosto 2009) e permite que qualquer decisão seja anulada se um projeto causar “grave dano à economia pública”. O uso repetido desta disposição nos governos anteriores de Lula para permitir que as barragens de Belo Monte, Teles Pires e São Manoel continuassem, apesar das claras violações, é um mau presságio tanto para a infraestrutura futura quanto para a possibilidade de Lula defender a revogação das leis de suspensão de segurança.

A imagem que abre este artigo é de autoria de Lunaé Parracho/Greenpeace e mostra a barragem da UHE de Jirau no rio Madeira (RO).

Notas

[1] Fearnside, P.M. 2014. [Barragens do rio Madeira-Sedimentos](#). *Amazônia Real*

- [2] Fearnside, P.M. 2014. [Barragens do Rio Madeira- Revés para a política](#). *Amazônia Real*.
- [3] Fearnside, P.M. 2014. [Barragens do Rio Madeira-Impactos](#). *Amazônia Real*.
- [4] Fearnside, P.M. 2015. [Santo Antônio crédito de carbono](#). *Amazônia Real*.
- [5] Ortiz, L., G. Switkes, I. Ferreira, R. Verdum, & G. Pimentel. 2007. [O Maior Tributário do Rio Amazonas Ameaçado: Hidrelétricas no Rio Madeira](#). Ecologia e Ação (Ecoa), Amigos da Terra-Brasil, São Paulo, SP.
- [6] Toledo, M. 2016. [Após 5 meses, corpo de ativista é achado em lago de usina em RO](#). *Folha de São Paulo*, 23 de junho de 2016.
- [7] Fearnside, P.M. 2019. [Justiça ambiental e barragens amazônicas](#). *Amazônia Real*,
- [8] Rádio Difusora Manaus. 2022. [Lula fala para o Amazonas na Rádio Difusora](#). *Youtube*, 23 June 2022.
- [9] Branford, S. & M. Torres., 2017. [The end of a people: Amazon dam destroys sacred Munduruku 'Heaven'](#). *Mongabay*. 5 January 2017.
- [10] Fearnside, P.M. 2016. [A Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós](#). *Amazônia Real*
- [11] Fearnside, P.M. 2015. [Barragens do Tapajós](#). *Amazônia Real*,
- [12] Fearnside, P.M. 2017. [São Manoel: Barragem amazônica derrota Ibama](#). *Amazônia Real*, 25 de setembro de 2017.





Philip Martin Fearnside

É doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 600 publicações científicas e mais de 500 textos de divulgação de sua autoria que podem ser acessados aqui. <https://philip.inpa.gov.br>

<https://amazoniareal.com.br/lula-e-as-hidreletricas-na-amazonia-3-as-barragens-planejadas/>



Lula e as hidrelétricas na Amazônia: 3 – As barragens planejadas



Por [Philip Martin Fearnside](#) Publicado em: 13/02/2023 às 23:04



O setor elétrico brasileiro tem enormes planos para futuras barragens na Amazônia se fosse aprovado um projeto de lei (PL 191/2020), atualmente em tramitação no Congresso Nacional, que abriria Terras Indígenas para hidrelétricas, além de mineração e agronegócio. Os planos publicados pelo Ministério de Minas e Energia do Brasil declararam explicitamente que mais barragens na Amazônia seriam construídas se PL 191/2020 fosse aprovado [1].

A aprovação desse projeto de lei está no topo da agenda do bloco eleitoral "ruralista" [2]. Esse bloco assumiu o controle do congresso no governo do presidente Bolsonaro [3], e sua força aumentou ainda mais no congresso que tomou posse em 1º de janeiro de 2023 [4]. Isso pode resultar na aprovação do projeto de lei e na derrubada de eventuais vetos, independentemente da vontade do governo Lula, abrindo caminho para mais barragens.

Em 2022 a Eletrobrás tomou medidas em 2022 para viabilizar planos antigo para construção de barragens no rio Jamanxim, um afluente do rio Tapajós onde os reservatórios iam inundar em Terras Indígenas, sugerindo confiança na abertura dessas áreas para barragens [5]. Embora os planos para expansão energética reconhecem que o Brasil tenha enorme potencial para energia eólica e solar, consideram que energia hidrelétrica seja mais barata e que isto seria a prioridade se for permitido construir em Terras Indígenas [6]. É importante lembrar que este argumento é falso, pois a energia hidrelétrica não é barata, sendo que as obras normalmente custam muito mais e demoram mais do que foi previsto na hora da decisão [7]. Belo Monte custou mais do dobro do que imaginava inicialmente. A tendência de abaixamento contínua do custo de instalações eólicas e solares aumenta ainda mais a diferença entre essas fontes e o custo real da energia hidrelétrica.

O aproveitamento dessas fontes, especialmente a energia eólica em matrizes de torres altas na plataforma continental ao longo da costa, é a chave para que sejam abandonados os planos desastrosos para hidrelétricas na Amazônia. O Brasil está atualmente se posicionando

para aproveitar este recurso para se tornar uma fonte de “hidrogênio verde”, visando o mercado europeia [8]. Energia elétrica a partir de fontes eólicas e fotovoltaicas seria usada para quebrar moléculas de água para obter hidrogênio. No entanto, este hidrogênio não seria realmente “verde” se o resultado de dedicar o potencial brasileiro eólica e fotovoltaica à exportação fosse resultar na continuação da construção de barragens na Amazônia. O Ministério de Minas e Energia atualmente prevê três grandes barragens na Amazônia até o ano 2030 [1]. Todas elas implicam em grandes impactos: Bem Querer em Roraima [9], Castanheira em Mato Grosso [10-12], e Tabajara em Rondônia [13, 14].

Estas barragens estão em fase de licenciamento, e a construção ainda não começou. O governo Lula deve abandonar de forma inequívoca esses planos, além das grandiosos planos para outras barragens na Amazônia, seja em terras indígenas ou não. Ressalta a recomendação do Painel Científico da Amazônia de que não deve ser construída mais nenhuma barragem na Amazônia com capacidade instalada acima de 10 MW [15].

A imagem que abre este artigo mostra Rio Machado em Machadinho D'Oeste onde está planejada a construção da usina hidroelétrica de tabajara (Foto: OPAS).

Notas

[1] EPE (Empresa de Pesquisa Energética). 2021. [Plano Decenal de Expansão de Energia 2030](#). EPE, DF.

[2] Brown, S. 2022. [Brazil Congress fast-tracks 'death package' bill to mine on Indigenous lands](#). *Mongabay*, 15 March 2022.

- [3] Ferrante, L. & P.M. Fearnside, 2021. [Reviravolta no Congresso Nacional ameaça Amazônia](#). *Amazônia Real*, 09 de março de 2021.
- [4] Pochmann, 2022. [Como os ruralistas capturaram o Congresso](#). *Brasil de Fato*, 26 July 2022.
- [5] Fearnside, P.M. 2022. [Barragens no rio Jamanxim ameaçam o meio ambiente e os povos indígenas](#). *Amazônia Real*.
- [6] Fearnside, P.M. 2020. [Os preocupantes planos do Brasil para hidrelétricas na Amazônia \(opinião\)](#). *Mongabay*, 10 de novembro de 2020.
- [7] Ansar, A., B. Flyvbjerg, A. Budzier & D. Lunn. 2014. [Should we build more large dams? The actual costs of hydropower megaproject development](#). *Energy Policy* 69: 43–56.
- [8] Bethônico, T. 2023. [Entenda a corrida pelo hidrogênio verde e por que o Brasil pode ser uma potência](#). *Folha de São Paulo*, 10 de janeiro de 2023.
- [9] Fearnside, P.M. 2020. [Barragem de Bem Querer: Um desastre amazônico à vista](#). *Amazônia Real*, 26 de agosto de 2020.
- [10] Gasparinetti, P. & T. Vilela. 2018. [Análise Custo-Benefício da Construção da Usina Hidrelétrica Castanheira](#). Conservation Strategy Fund, Rio de Janeiro, RJ. 73 pp
- [11] Mapa de Conflitos. 2019. [MT – UHE Castanheira é ameaça aos povos indígenas e ribeirinhos da região](#).
- [12] Ramos, B.D. 2022. [Estudo atesta inviabilidade da UHE Castanheira em MT, mas licenciamento prossegue e indígenas resistem](#). OPAN, 13 de julho de 2022.
- [13] Mapa de Conflitos. 2014. [RO – Luta contra UHE Tabajara é mais ampla: Envolve território, autonomia e reconhecimento](#).

[14] Amazônia.org.br. 2020. [Construção de nova usina ameaça alagar terra indígena de RO: 'Muito estrago e pouco benefício', diz MPF](#). Amazônia.org.br, 06 de fevereiro de 2020. _

[15] Fearnside, P.M., E. Berenguer, D. Armenteras, F. Duponchelle, F.M. Guerra, C.N. Jenkins, P. Bynoe, R. García-Villacorta, M. Macedo, A.L. Val, V.M.F. de Almeida-Val & N. Nascimento. 2021. [Drivers and impacts of changes in aquatic ecosystems](#). Chapter 20 In: C. Nobre, A. Encalada *et al.* (eds.) *Amazon Assessment Report 2021*. Science Panel for the Amazon (SPA). United Nations Sustainable Development Solutions Network, New York, USA. Part II, pp. 297–336 [14.0–14.65].



Sobre a matéria



[Philip Martin Fearnside](#)

É doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 600 publicações científicas e mais de 500 textos de divulgação de sua autoria que podem ser acessados aqui. <https://philip.inpa.gov.br>